



PANORAMA DO SETOR PETRÓLEO E GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS BRASILEIRO

João José de Nora Souto

**Secretário-Adjunto da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e
Combustíveis Renováveis**

spg@mme.gov.br

Brasília, 06 de Agosto de 2013



SUMÁRIO

- Atividades de E&P no Brasil
- Rodadas de Licitações
- Refino e Petroquímica
- Biocombustíveis
- Considerações Finais

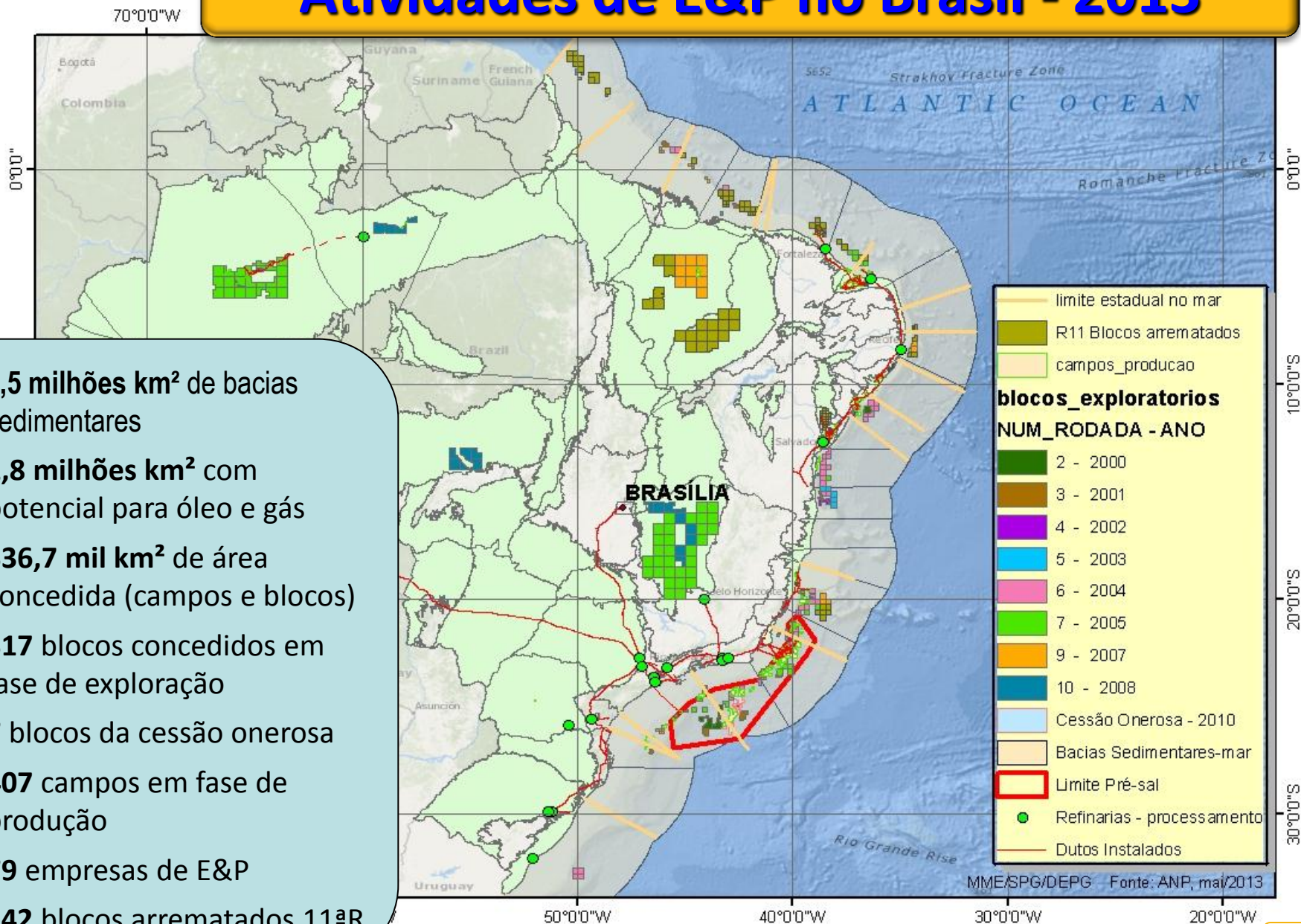


Atividades de E&P no Brasil



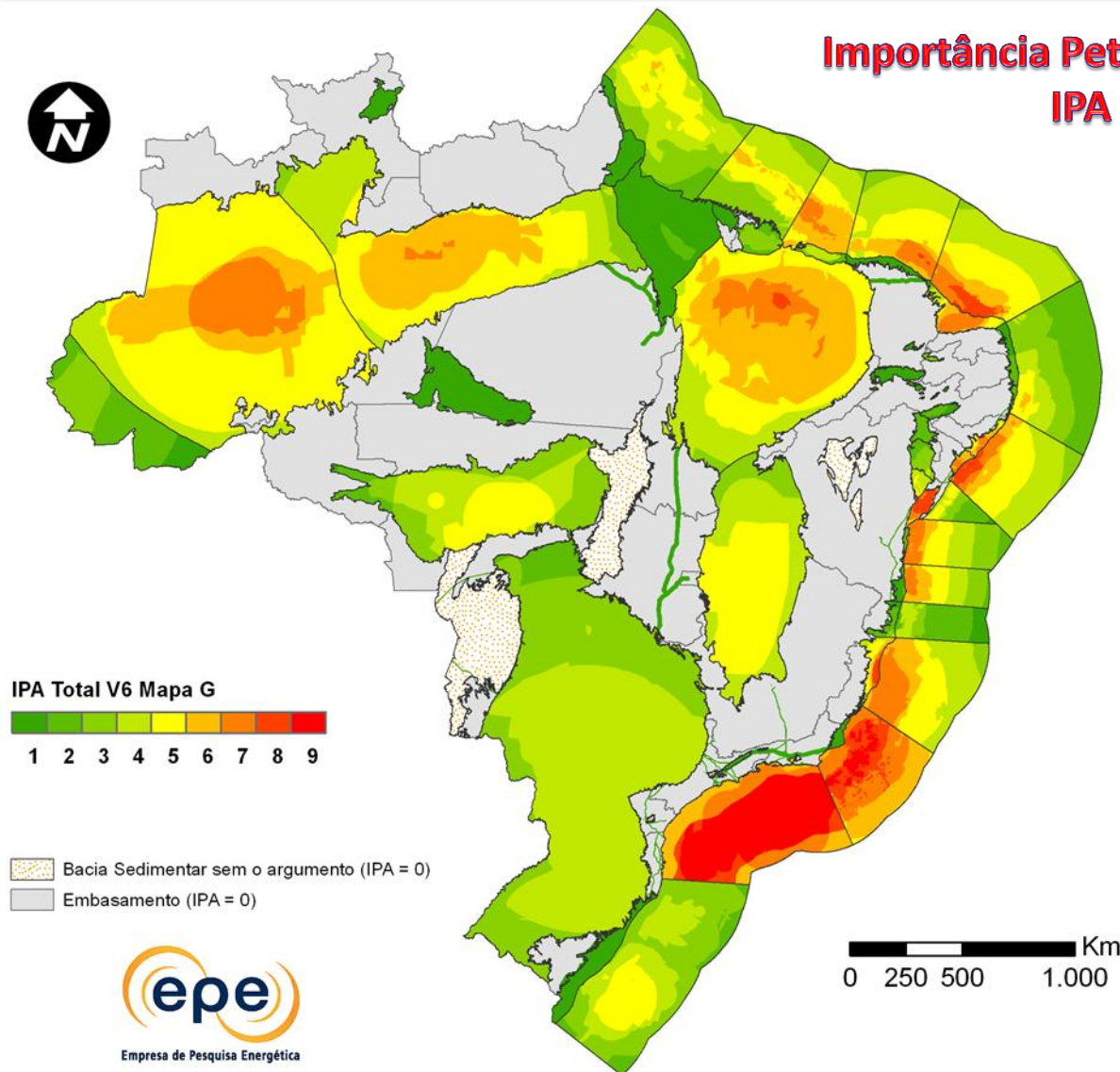
Atividades de E&P no Brasil - 2013

- ✓ 7,5 milhões km² de bacias sedimentares
- ✓ 2,8 milhões km² com potencial para óleo e gás
- ✓ 336,7 mil km² de área concedida (campos e blocos)
- ✓ 317 blocos concedidos em fase de exploração
- ✓ 7 blocos da cessão onerosa
- ✓ 407 campos em fase de produção
- ✓ 79 empresas de E&P
- ✓ 142 blocos arrematados 11^ªR





Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás

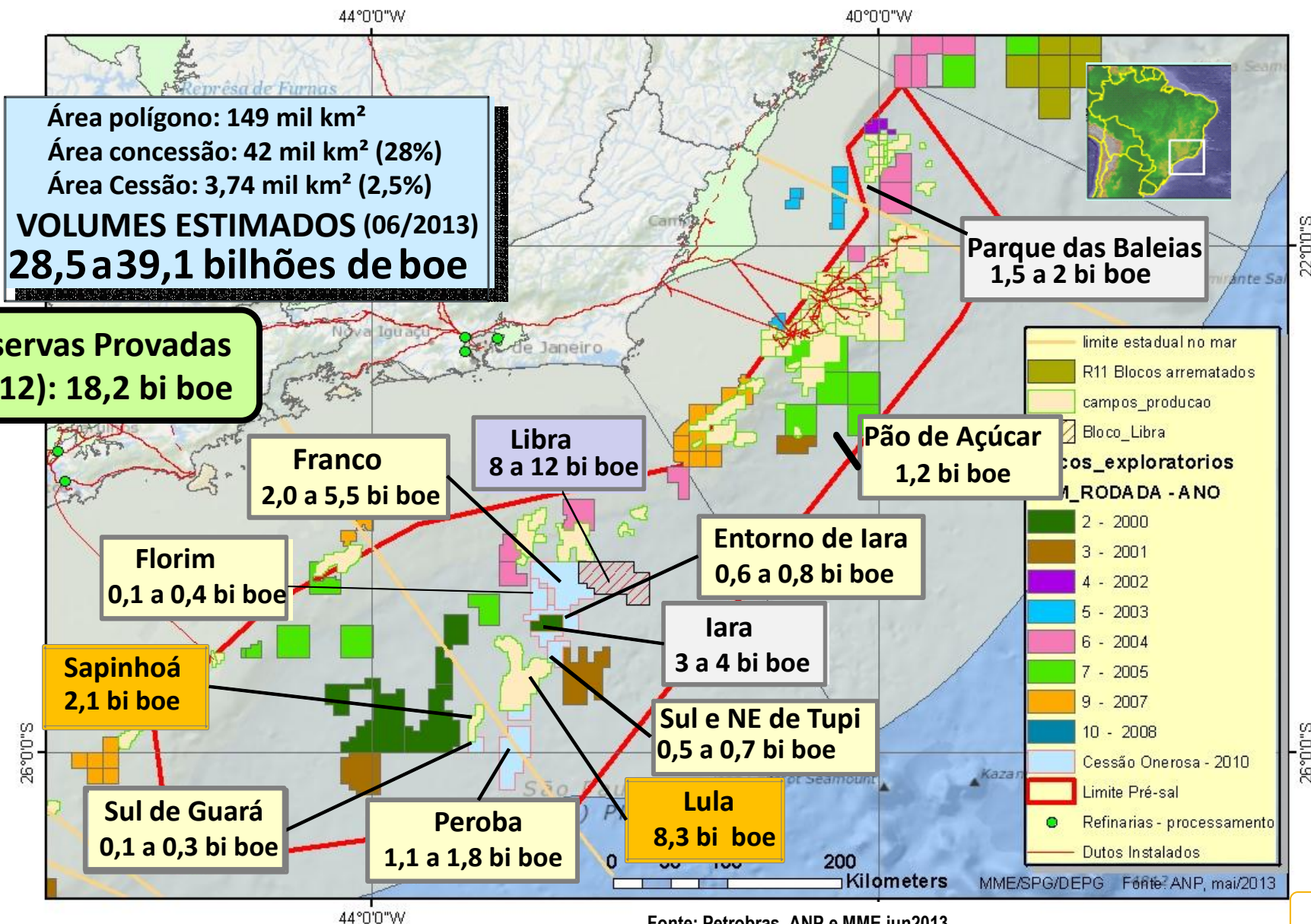


Instrumento para
planejamento das
ações de governo e
elaboração de políticas
para a indústria do
petróleo

Em elaboração MME-EPE



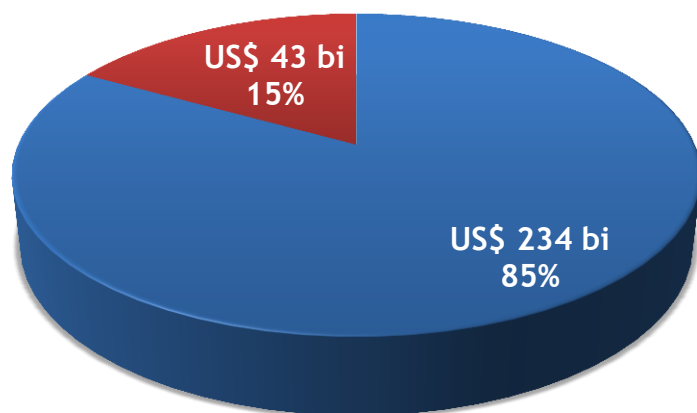
Descobertas de O&G no Pré-Sal





Previsão de Investimentos 2013 - 2017

Investimentos no Setor de P&G*

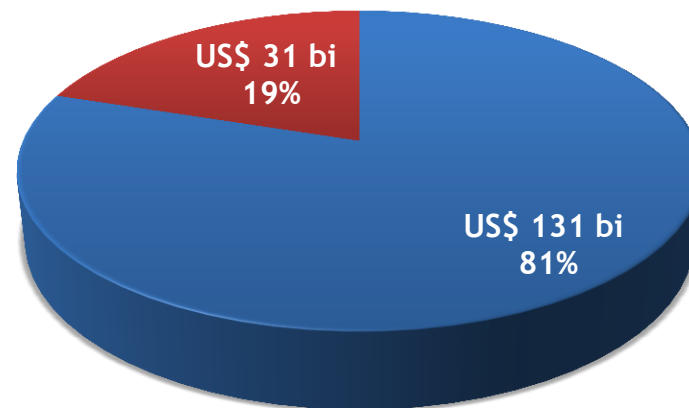


■ Petrobras

■ Outras

US\$ 277 bi

Investimentos em E&P



■ Petrobras

■ Outras

US\$ 162 bi

*Observações:

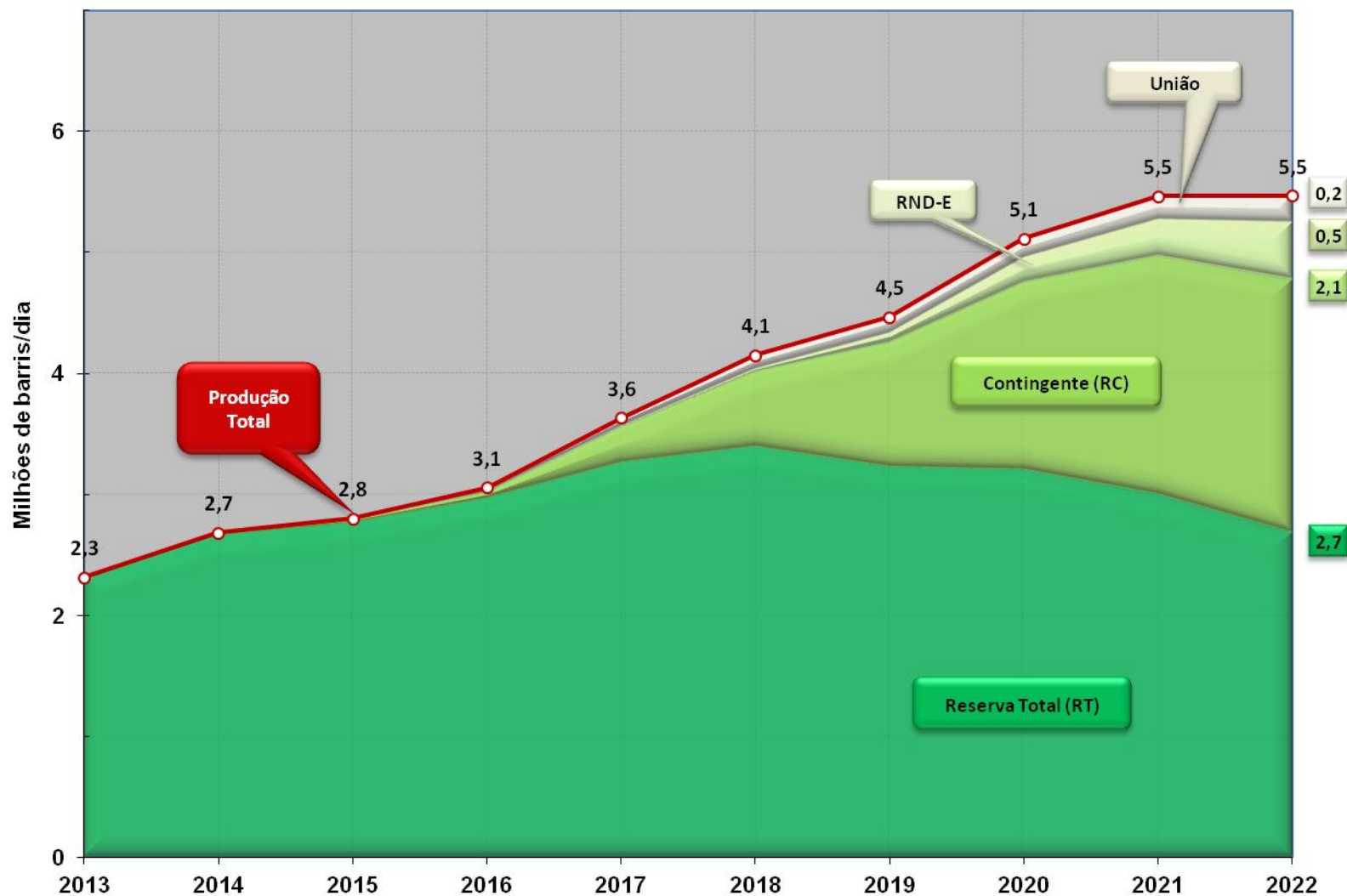
- Investimentos em biocombustíveis não incluídos
- Investimentos de outras empresas até 2016

Fonte: IBP (2012) e Petrobras (2013)



Produção de Petróleo PDE 2022*

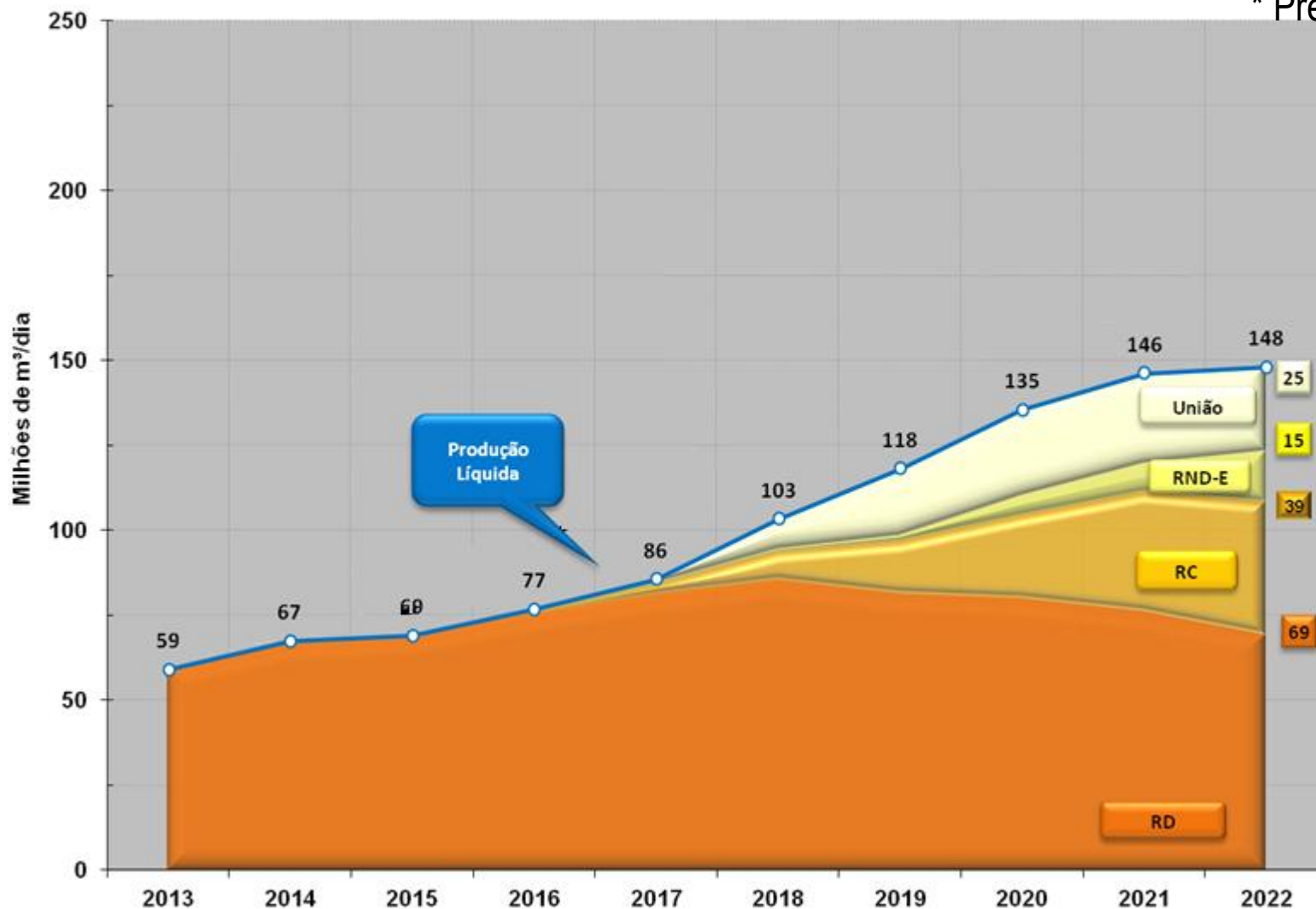
* Preliminar





Produção de Gás Natural PDE 2022*

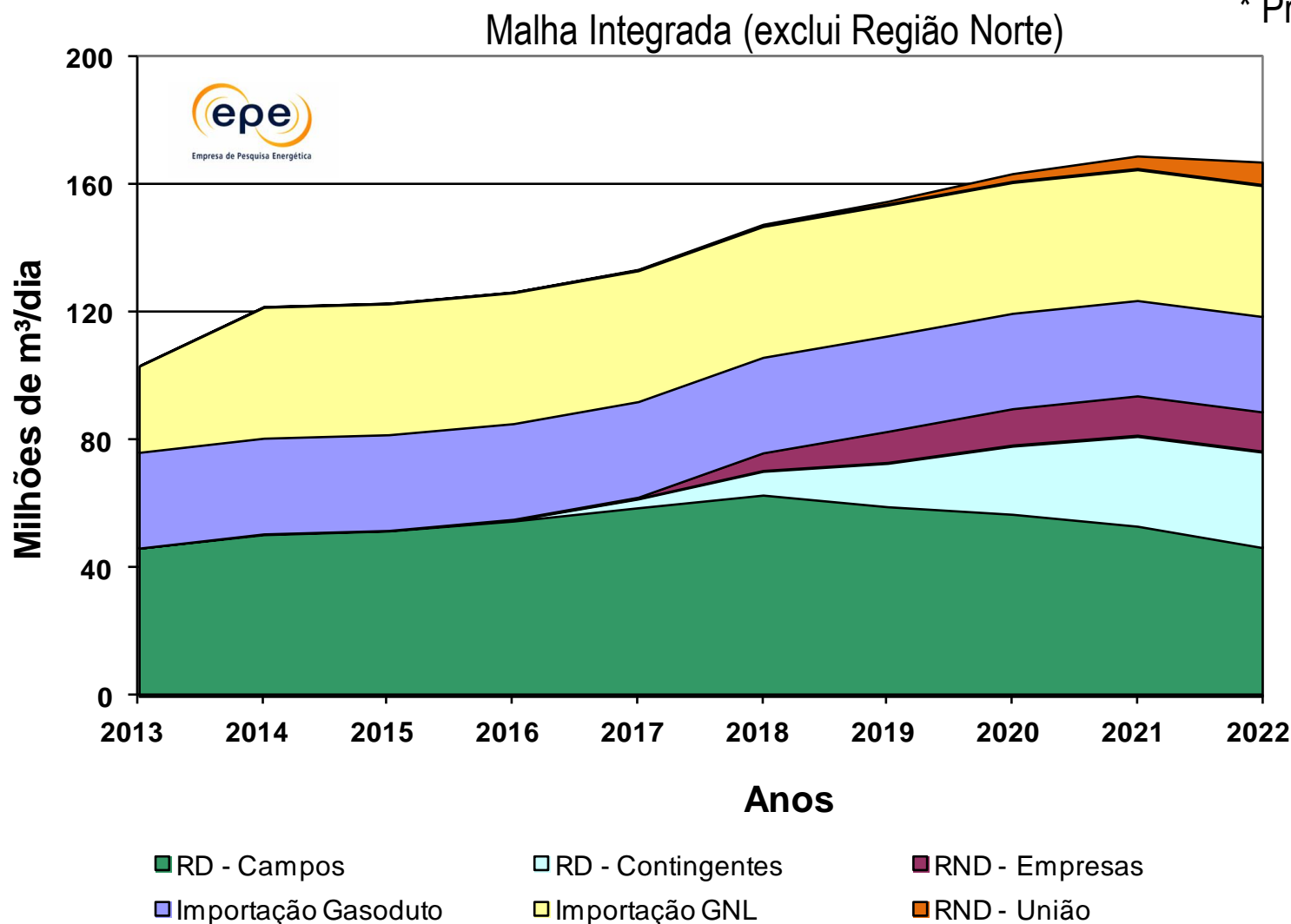
* Preliminar





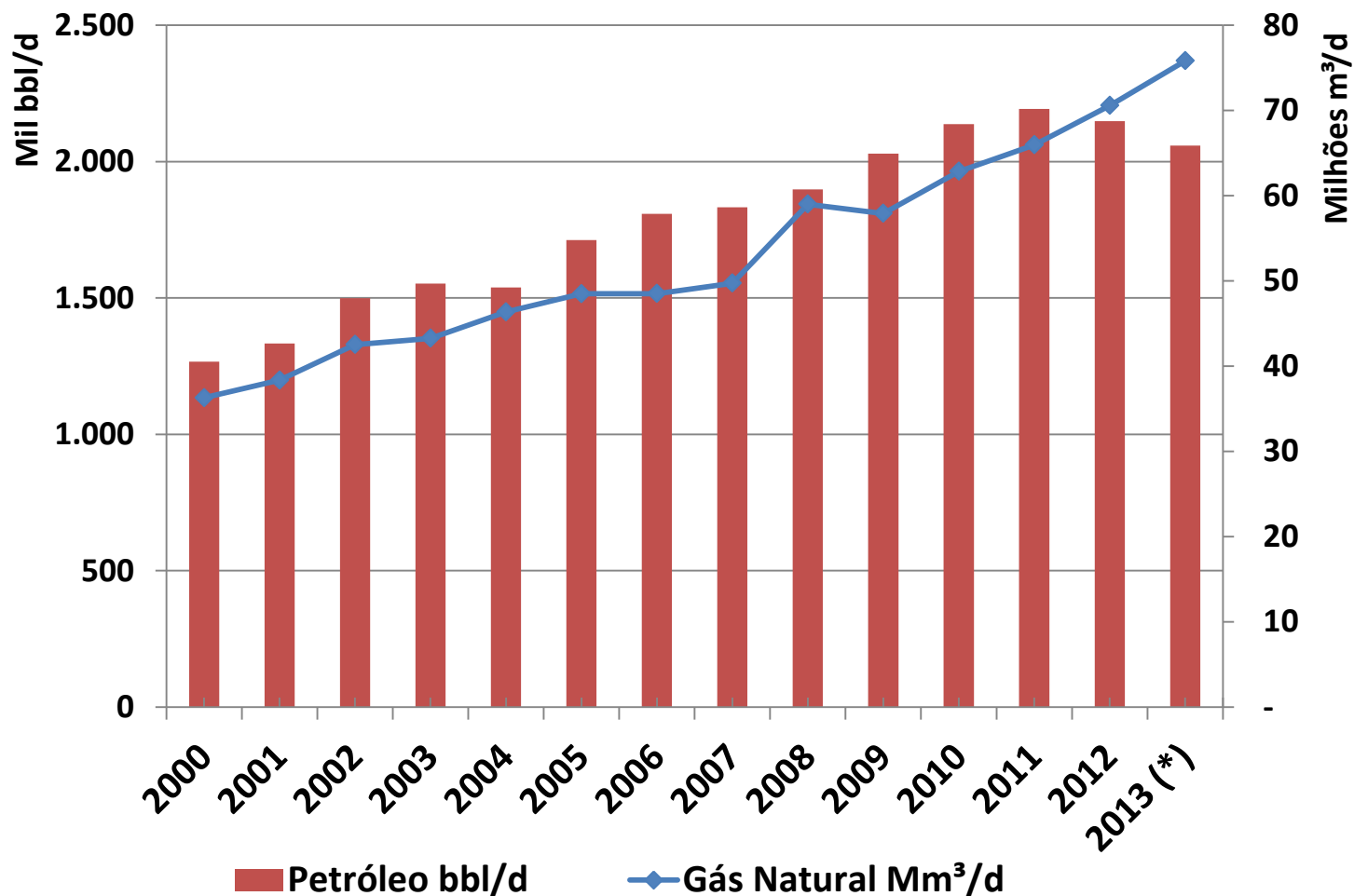
Oferta de Gás Natural PDE 2022*

* Preliminar





Produção de Petróleo e Gás Natural



(*) – até maio/2013. Fonte: ANP



Principais Desafios de E&P

- Implantação dos projetos de produção na região do Pré-Sal, buscando evolução tecnológica e maximização do conteúdo local
- Elaboração de políticas para incentivo aos pequenos produtores de petróleo e gás natural
- Desenvolver a indústria de bens e serviços para o setor petrolífero em bases competitivas e sustentáveis, de tal forma que possa não só suprir a demanda nacional como tornar o país exportador de bens e serviços.
- Desafios da Indústria:
 - Melhoria de infraestrutura
 - Suprimento de material crítico (Importações vs. Conteúdo Local)
 - Processo e oferta de produção de aço especial
 - Força de Trabalho qualificada para construção e operação
 - Otimização de custos



Rodadas de Licitações no Brasil

Contratação de E&P no Brasil

- Regime de Partilha de Produção (Lei nº 12.351/2010)
 - em áreas dentro do polígono do Pré-sal e em áreas estratégicas
 - Baixo risco exploratório e grande potencial petrolífero
 - A Petrobras é a única empresa operadora no regime de partilha de produção, tendo o mínimo de 30% nos empreendimentos
 - Critério de julgamento - percentual de excedente em óleo para a União
 - A empresa Pré-Sal Petróleo S.A. representará a União na gestão dos contratos de partilha

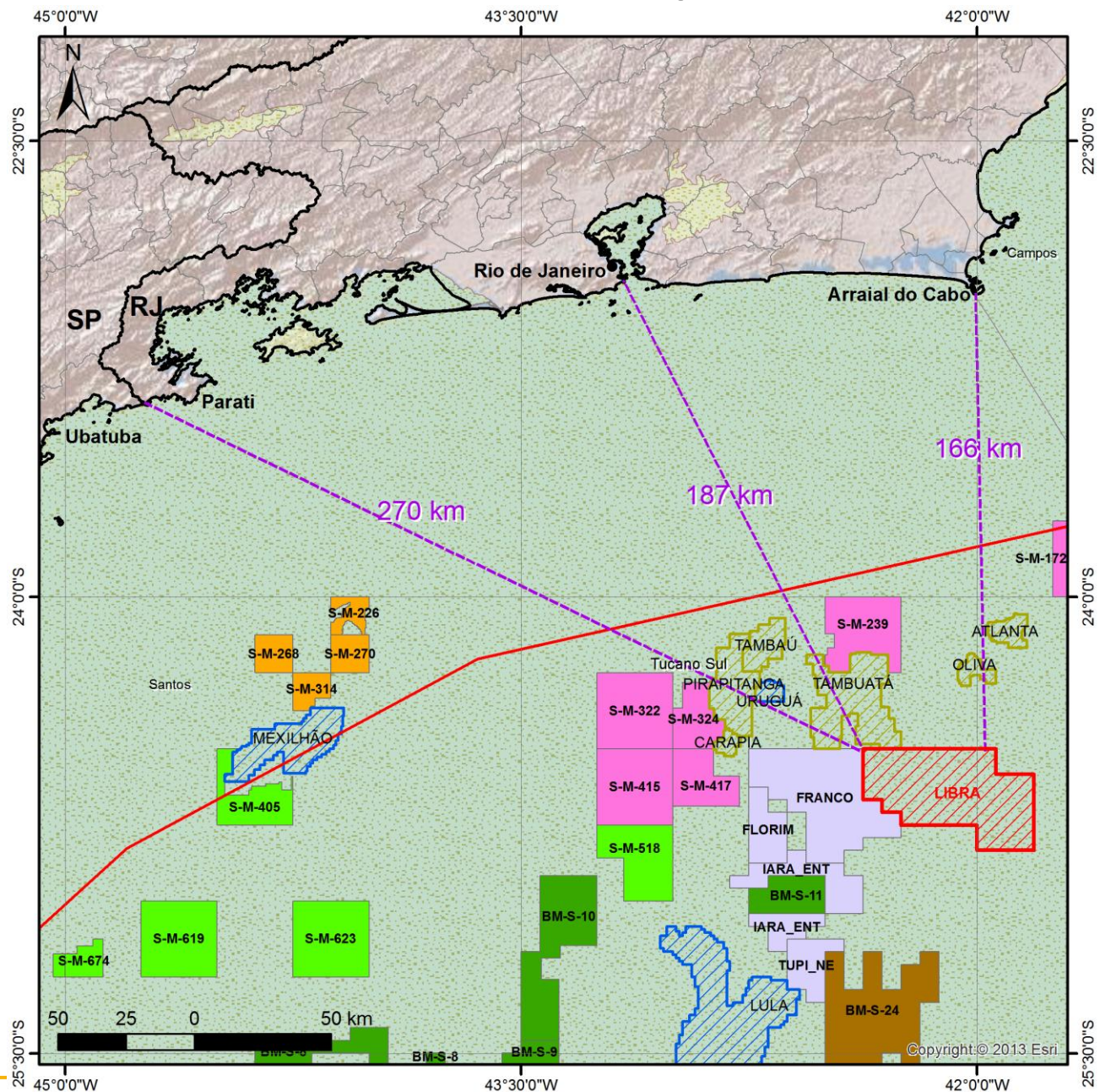


Licitação da Área de Libra – Regime de Partilha

- Resolução CNPE nº 4, de 22 de maio de 2013
- 1ª Rodada de licitações prevista para 21 de outubro/2013
- Área de 1.548 km², localizado em águas profundas da Bacia de Santos, no litoral do Rio de Janeiro (poço 2-ANP-21-RJS, concluído em 2010)
- Volumes totais in situ de até 42 bilhões de barris de petróleo



Prospecto de Libra





Resolução nº 5 CNPE - Licitação da Área de Libra

- **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 25 DE JUNHO DE 2013 (DOU 04/07/2013)**
- Aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de partilha de produção para a Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção.
- O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, no art. 9º, inciso IV, da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, no art. 2º, § 3º, inciso III, do Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, e no caput do art. 14 do Regimento Interno do CNPE, aprovado pela Resolução nº 7, de 10 de novembro de 2009, resolve:
- **Art. 1º** Aprovar os parâmetros técnicos e econômicos do contrato de partilha de produção, a ser celebrado pela União, da Primeira Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção na área do pré-sal, nos termos do art. 9º, inciso IV, da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
 - § 1º O cálculo do excedente em óleo da União deverá considerar o bônus de assinatura, o desenvolvimento em módulos de produção individualizados e o fluxo de caixa durante a vigência do contrato de partilha de produção.
 - § 2º O percentual mínimo do excedente em óleo da União, na média do período de vigência do contrato de partilha de produção será de **quarenta por cento, para o preço do barril de petróleo de US\$ 105,00 (cento e cinco dólares norte-americanos).**
 - § 3º **A participação mínima da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras no consórcio previsto no art. 20 da Lei no 12.351, de 2010, será de trinta por cento.**
 - § 4º Somente poderão ser reconhecidos como custo em óleo os gastos, realizados pelo contratado, relacionados à execução das atividades vinculadas ao objeto do contrato de partilha de produção e aprovados no âmbito do comitê operacional, tendo como referência custos típicos da atividade e que reflitam as melhores práticas da indústria do petróleo.



Resolução nº 5 CNPE - Licitação da Área de Libra

- § 5º O contratado, a cada mês, poderá apropriar-se do valor correspondente ao custo em óleo respeitando o limite de cinquenta por cento do valor bruto da produção nos dois primeiros anos de produção e de trinta por cento nos anos seguintes.
- § 6º Os custos que ultrapassem os limites definidos no § 5º serão acumulados para apropriação nos anos subsequentes, sem atualização monetária.
- § 7º **O conteúdo local mínimo** obedecerá aos seguintes critérios:
 - I - trinta e sete por cento para a Fase de Exploração;
 - II - quinze por cento para o Teste de Longa Duração - TLD, quando esta atividade fizer parte da Fase de Exploração;
 - III - cinquenta e cinco por cento para os módulos da Etapa de Desenvolvimento que iniciarem a produção até 2021;
 - IV - cinquenta e nove por cento para os módulos da Etapa de Desenvolvimento que iniciarem a produção a partir de 2022; e
 - V - o conteúdo local do TLD não será computado para fins de cumprimento do percentual mínimo do conteúdo local da Fase de Exploração.
- § 8º Os valores percentuais, de conteúdo local, dos itens e subitens de engenharia básica e engenharia de detalhamento não poderão ser revistos e, se forem ultrapassados, o adicional poderá ser transferido, a este título, para os módulos subsequentes multiplicados por dois.
- § 9º O valor do **bônus de assinatura será igual a R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais)** e a parcela deste a ser destinada à Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA será igual a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
- **Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Contratação de E&P no Brasil

- **Cessão Onerosa (Lei nº 12.276/2010)**
 - Contrato de 7 áreas na Bacia de Santos assinado em 03/09/2010
 - Revisão de valor, volumes, prazo e conteúdo local após as atividades de exploração e avaliação pela Petrobras em aproximadamente 4 anos
- **Regime de Concessão (Lei nº 9.478/1997)**
 - em áreas fora do polígono do Pré-sal
 - Critérios de julgamento:
 - **Bônus de Assinatura (40%),**
 - **Programa Exploratório Mínimo (40%) e**
 - **Percentual de Conteúdo Local na Exploração e Produção (20%)**
 - 12ª Rodada de Licitações prevista para novembro de 2013
 - Oferta de áreas em bacias terrestres com vocação para a descoberta de gás natural a partir de recursos convencionais e não convencionais

Conteúdo Local na Concessão

- No momento da licitação, o interessado entrega preenchida uma tabela de CL, de acordo com a localização do bloco, juntamente com sua oferta (bônus + PEM + percentual de CL), contendo:
 - Valores de Conteúdo Local específicos por item e subitem nunca inferiores aos mínimos estabelecidos
 - O percentual de custo relativo do item ou subitem no custo total do projeto
- Caso a oferta seja vencedora, esta tabela com os valores de CL integrarão o Contrato de Concessão





Evolução da Política de Conteúdo Local

- Previsão contratual de evolução do CL com o tempo
- Apuração dos resultados por módulo e não somente após a conclusão de toda a fase de desenvolvimento da Produção
- Abordagem do Teste de Longa Duração - TLD de forma destacada
- Realização de diagnóstico sobre a competitividade e capacidade de atendimento da indústria local
- Definição antecipada das exigências de CL futuras => prazo para desenvolvimento de fornecedores
- Aumento da abrangência das tabelas
- Simplificação da apuração de CL para campos marginais



Resultados da 11ª Rodada

- Oferta de 289 blocos, com 142 blocos arrematados
- Arrecadação de R\$2,83 bilhões em Bônus de Assinatura
 - Recorde de Bônus no País (R\$345,95 milhões bloco FZA-M-57 – Foz do Amazonas)
- Compromisso de R\$6,9 bilhões na execução do Programa Exploratório Mínimo
- Conteúdo local ofertado pelas empresas indica a viabilidade de atingimento dos níveis ofertados nas rodadas anteriores
- 30 empresas vencedoras no certame (12 de capital nacional e 18 de capital estrangeiro, sediadas em 11 países)



Principais Resultados da 11ª Rodada

Áreas arrematadas nas bacias

Bacia	Blocos Arrematados	Bônus Assinatura (mil R\$)	PEM (mil R\$)
Parnaíba	20	119.402	792.714
Foz do Amazonas	14	802.803	1.642.489
Barreirinhas	19	786.955	1.451.769
Potiguar	18	127.805	294.052
Espírito Santo	12	508.544	1.340.040
Pará-Maranhão	2	80.479	167.348
Ceará	6	279.244	774.038
Pernambuco-Paraíba	4	3.628	60.348
Sergipe-Alagoas	11	5.251	38.866
Tucano	21	54.011	242.835
Recôncavo	15	55.084	97.899
TOTAL	142	2.823.206	6.902.399

Conteúdo Local

Ambiente		CL 11ª R	Expl.	Desenv.
Águas	Profundas	Exigido	37% a 55%	55% a 65%
		Ofertado	52,3%	69,8%
	Rasas > 100 m	Exigido	37% a 55%	55% a 65%
		Ofertado	65,5%	79,5%
	Rasas < 100m	Exigido	51% a 60%	63% a 70%
		Ofertado	80,0%	85,0%
Terra		Exigido	70% a 80%	77% a 85%
		Ofertado	74,6%	83,2%

Empresas pagantes de Bônus superiores a R\$100 milhões

Empresa	Qualific	Origem	Nº blocos particip.	% Bônus (mil R\$)	% PEM (mil R\$)
Petróleo Brasileiro S.A.	A	Brasil	34	537.913	1.328.443
BG Energy Holdings Limited	A	Reino Unido	10	415.500	686.899
OGX Petróleo e Gás S.A.	A	Brasil	13	376.011	699.231
Total E&P do Brasil Ltda.	A	França	10	371.932	798.819
BP Exploration Operating	A	Reino Unido	8	261.263	626.806
Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda.	A	Noruega	6	195.021	508.571
PetraEnergia S.A.	B	Brasil	28	111.519	745.548

Empresas habilitadas

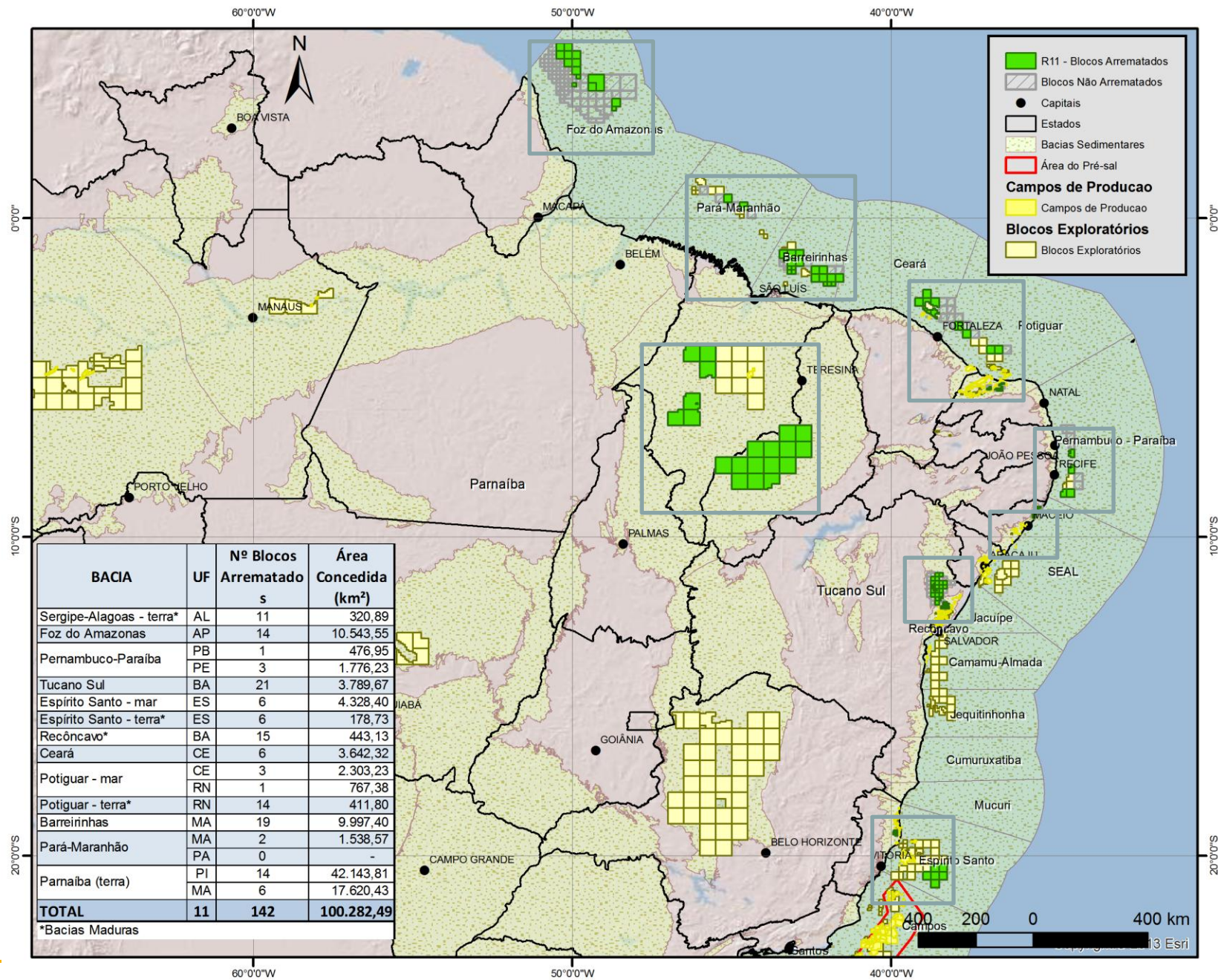
Qualificação Operador	Quantidade na 11ª R
Classe A	13
Classe B	9 (*)
Classe C	8

(*) duas empresas não serão operadoras





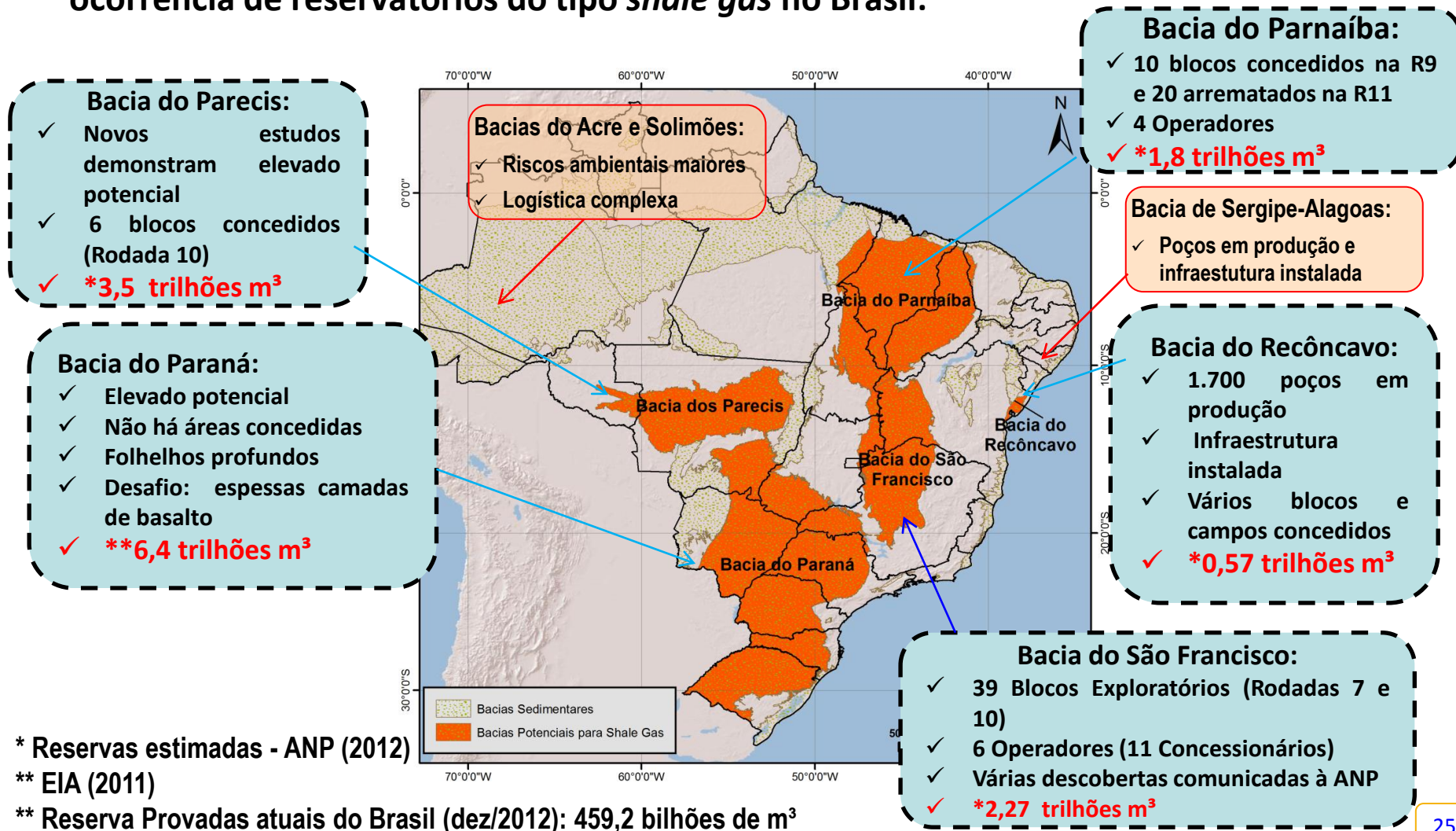
11ª Rodada – Áreas Arrematadas





Áreas em estudo para a 12ª Rodada

- Resultados preliminares de estudos realizados pela ANP para o potencial de ocorrência de reservatórios do tipo *shale gas* no Brasil:

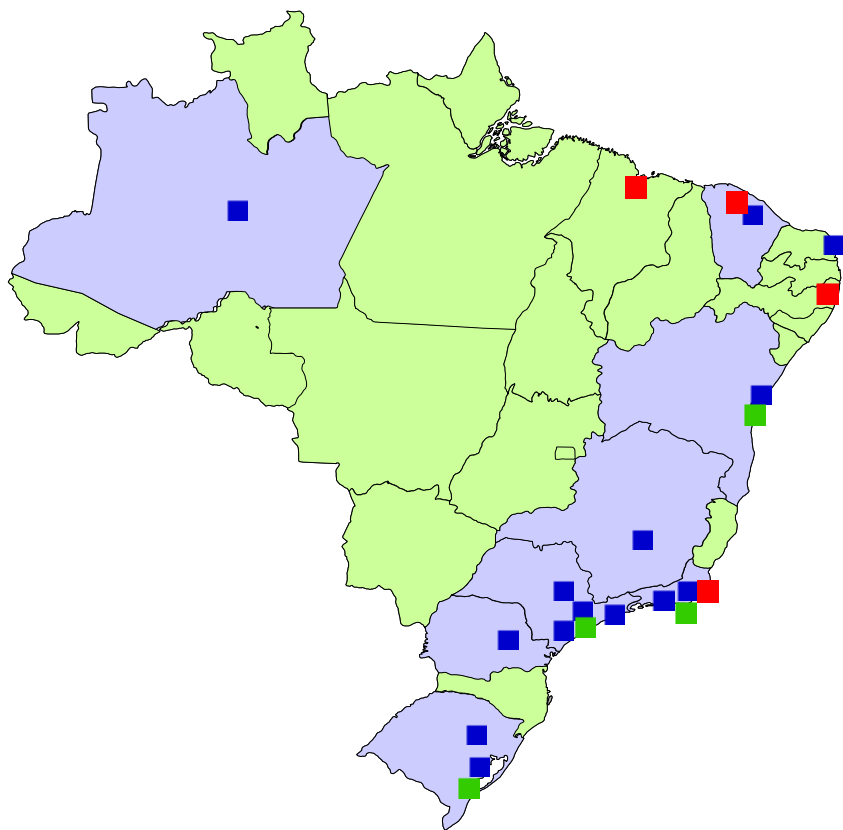




REFINO E PETROQUÍMICA



PARQUE DE REFINO E PETROQUÍMICA



Investimentos

Realizados (2007-2012) e Previstos (2013-2017)

R\$ – Bilhões

Refinarias (em operação e novas)	135
Petroquímicas	39
Total Geral	174

■ Refinarias em operação (14)

Capacidade Instalada: **2.090.000 bpd**

■ Pólos petroquímicos em operação (4)

Capacidade Instalada: **7,5 milhões ton produtos / ano**

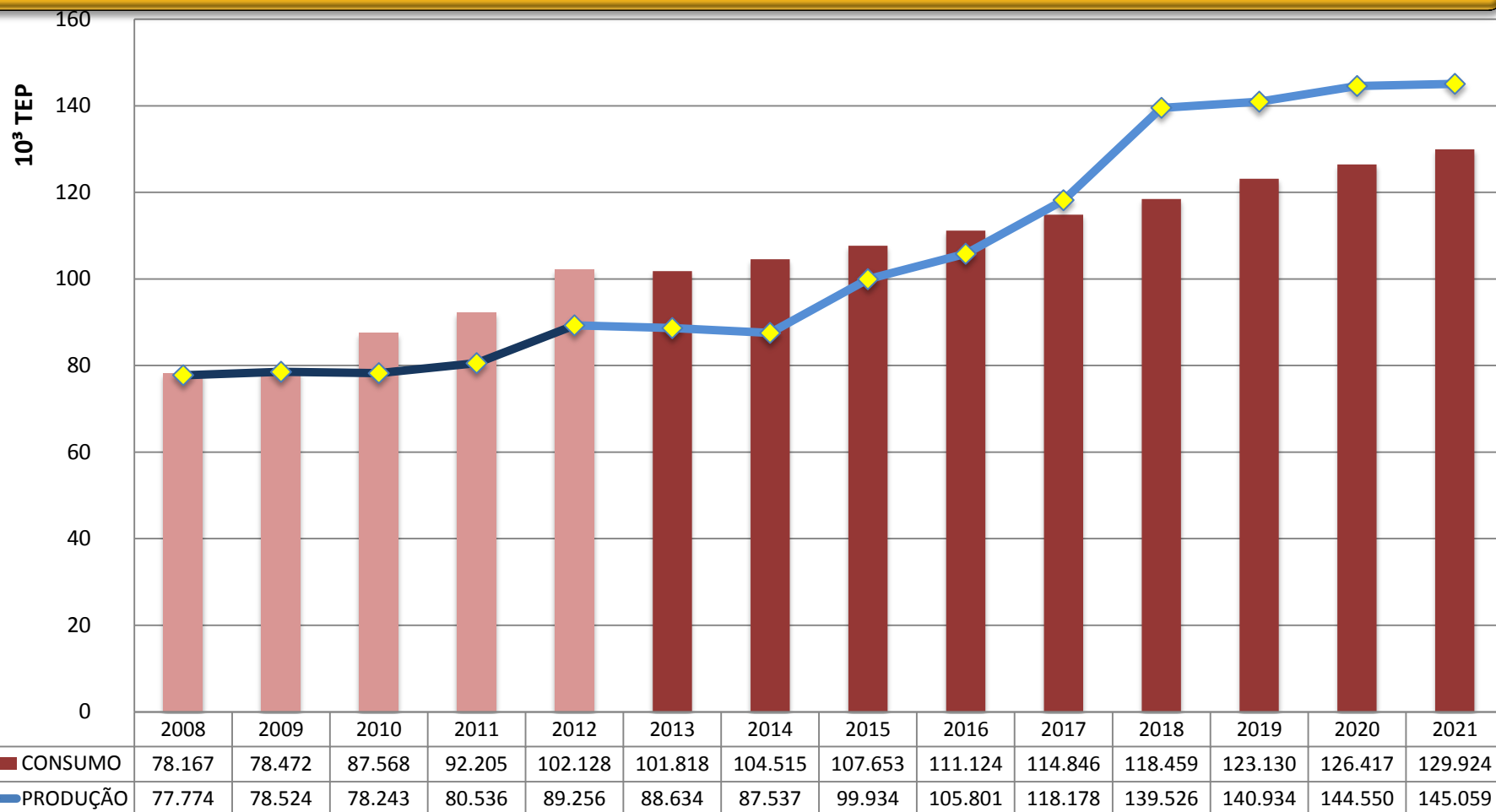
■ Novas Unidades

Capacidade total a ser adicionada: **1.460.000 bpd**

Projeto	Data operação	Capacidade - bpd
RNEST - 1º TREM	nov/14	115.000
RNEST - 2º TREM	mai/15	115.000
COMPERJ - 1º TREM	dez/16	165.000
PREMIUM I - 1º TREM	out/17	300.000
PREMIUM II	dez/17	300.000
COMPERJ - 2º TREM	jan/18	165.000
PREMIUM I - 2º TREM	out/20	300.000
TOTAL.		1.460.000



PRODUÇÃO E VENDA DE DERIVADOS



NOTAS:

1) Inclui GLP, nafta, gasolina, QAV, diesel e óleo combustível.

2) Fonte: 2008 a 2012- BEN 2012 e DADOS ESTATÍSTICOS ANP
2013 a 2021- PDE 2021



Biocombustíveis



Biocombustíveis Brasileiros em Números ref. 2012

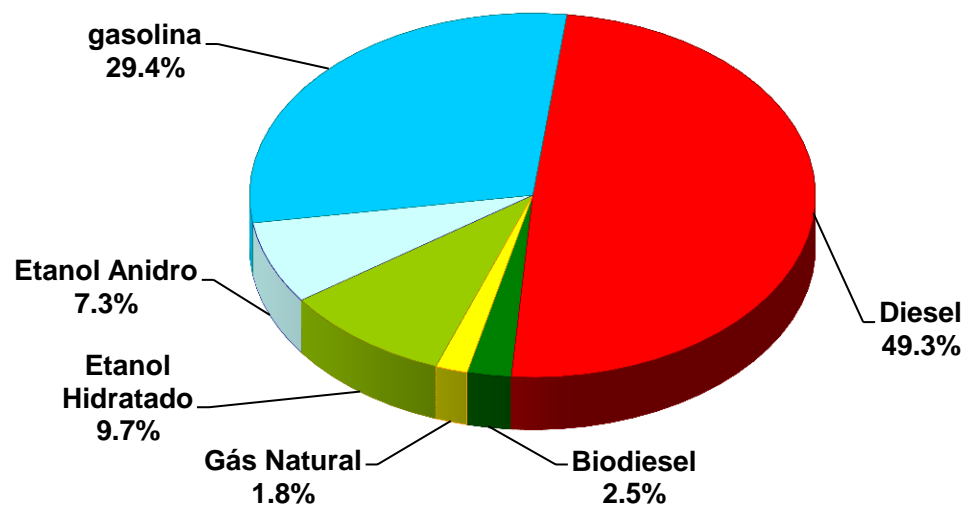
Etanol

- ✓ Produção: 23,5 bilhões de litros (safra 2012-13)
- ✓ Demanda Interna: 19 bilhões de litros

Biodiesel

- ✓ Produção: 2,7 bilhões de litros
- ✓ Demanda Interna: 2,7 bilhões de litros

Matriz de Combustíveis



Etanol - Abastecimento

Safra 2013/2014 – Estimativas e Comparação com a Safra 2012/2013:

- Moagem: 634 milhões de toneladas (+9%)
- Produção de etanol: 27 bilhões de litros (+17%)
- Demanda (etanol combustível): 23 bilhões de litros (+13%)
 - Demanda (anidro): 10,3 bilhões de litros (+35%)
 - Novo percentual de mistura de 25% vigora desde 1º de maio/13
- Exportações (etanol): 3 bilhões de litros (+4%)
- Produção de açúcar: 39 milhões de toneladas (+4%)

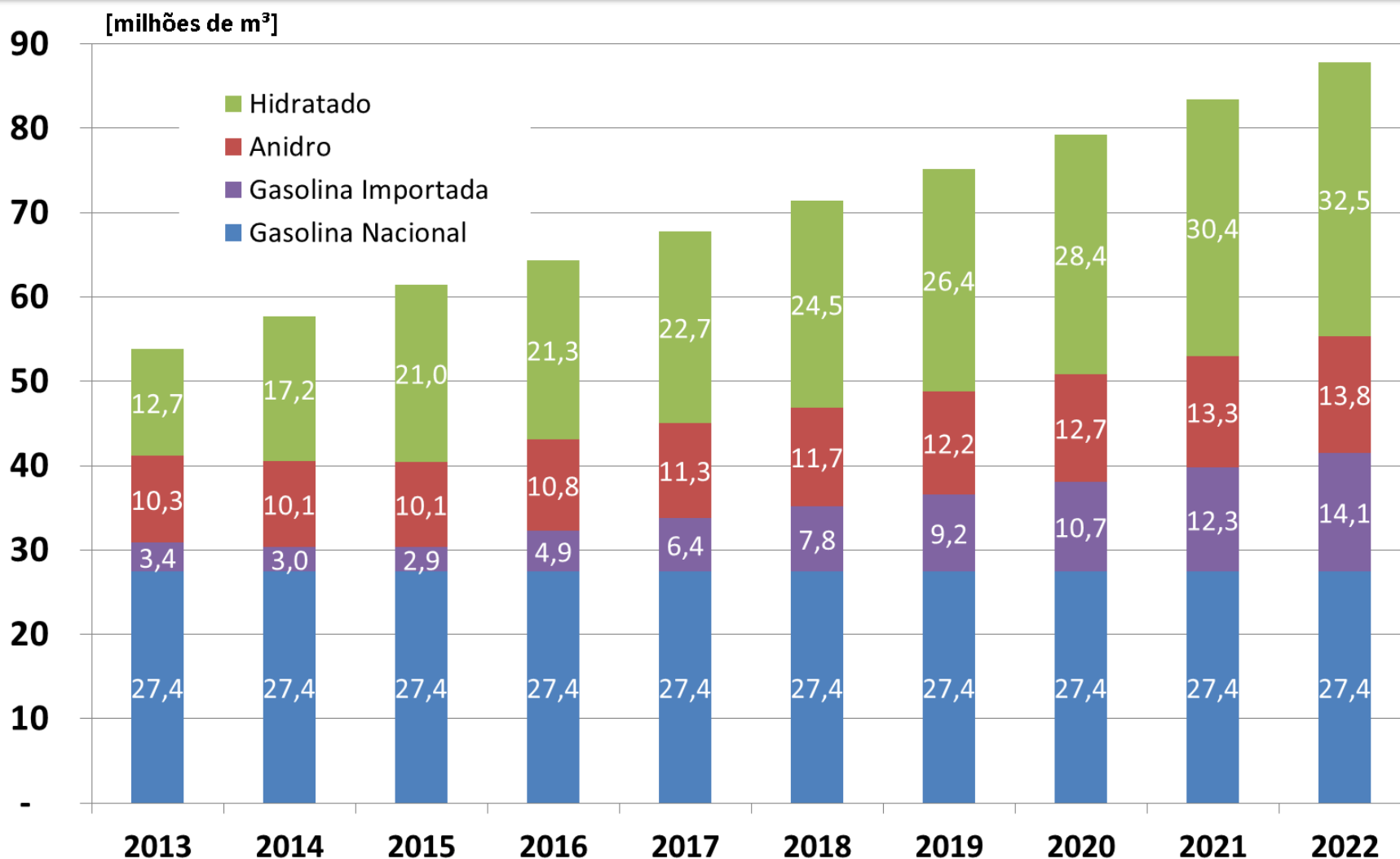


Etanol – Medidas de Apoio ao Setor

- Aumento do percentual de mistura na gasolina: 25% (vigora desde 1º de maio)
- Medida Provisória nº 613/2013 (DOU 08/05/2013):
 - Crédito presumido de Pis/Cofins ao produtor de etanol, (zera a alíquota de R\$ 0,12 por litro)
 - Redução dos juros do Prorenova, linha de financiamento do BNDES para a renovação e implantação de novos canaviais. Os recursos somam R\$ 4 bilhões e a taxa de juros é de 5,5% a.a.
 - Novas condições para o financiamento da estocagem do etanol. Com recursos de R\$ 2 bilhões (sendo R\$ 1 bilhão do BNDES e R\$ 1 bilhão da poupança rural), com juros de 7,7% a.a. (Resolução Banco Central nº 4.216 de 30 de abril de 2013)
- Medida Provisória nº 615/2013 (DOU 20/5/2013):
 - Subvenção aos fornecedores independentes de cana-de-açúcar da região Nordeste, referente à safra 2011/2012, no valor de R\$ 12,00 por tonelada de cana
 - Subvenção às unidades produtoras de etanol combustível da região Nordeste, referente à safra 2011/2012, destinada ao mercado interno, no valor de R\$ 0,20 por litro de etanol efetivamente produzido e comercializado na safra 2011/2012



CENÁRIO PARA CICLO-OTTO (PDE 2022)*



(*) Taxa de crescimento de 5% ao ano para a demanda Ciclo-Otto no período e entrada de 49 novas unidades de produção de etanol no período.

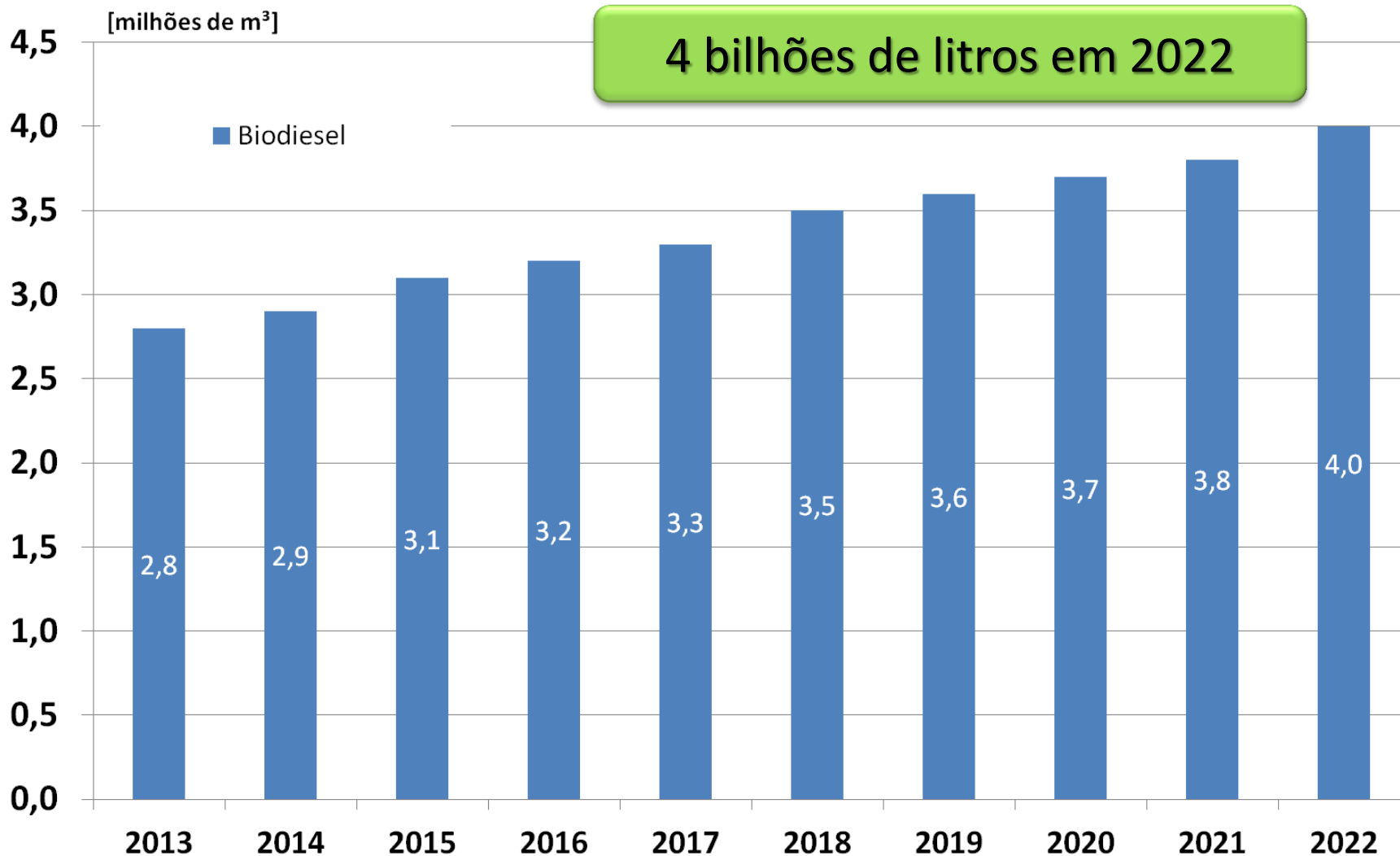


Biodiesel

- **Produção de 2,8 milhões m³ em 2012**
- **Normalidade do abastecimento**
- **Capacidade instalada de produção de biodiesel é suficiente para atender à demanda prevista para 2022 (4,1 milhões m³), no entanto haverá necessidade de expansão da capacidade de esmagamento de soja. Concentração na soja não deverá se alterar nesse período**
- **Em andamento, discussões sobre possíveis alterações na sistemática de leilões para otimizar o fator de utilização das unidades produtoras de pequena escala e manutenção do parque instalado**
- **Setor privado continua pleiteando o aumento do percentual de mistura obrigatória. Governo avalia conveniência e oportunidade da medida**



Previsão do Mercado Interno de Biodiesel





Considerações Finais



Considerações Finais

- O Brasil tem excelentes oportunidades de investimentos no segmento de exploração e produção de petróleo e gás natural
- As Rodadas de Licitações para Blocos Exploratórios, no regime de concessão continuarão a ocorrer para áreas fora do Pré-sal
- O ritmo das rodadas de licitação na área do Pré-sal dependerá fortemente da capacidade da indústria local em fornecer bens e serviços
- O Governo Brasileiro deseja as companhias petrolíferas internacionais como parceiras de desenvolvimento e não como simples financiadoras
- A política de Conteúdo Local permanecerá com o objetivo de ampliar a participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis
- As companhias estrangeiras estão encorajadas em buscar parcerias com fornecedores locais e em estabelecer suas operações no Brasil



Considerações Finais

- Mistura obrigatória: etanol (E18-25) e biodiesel (B5)
- Regime fiscal diferenciado em nível federal
- Linha de crédito especial para estocagem de etanol (concebida em períodos de entressafra)
- Leilões públicos de biodiesel para assegurar o suprimento deste biocombustível
- Selo Social para produtores de biodiesel, garantindo participação da agricultura familiar
- Financiamento a pesquisa (CT-Petro, criada em 1999 e CT-Energ, criada em 2000)
- Zoneamento agro-ecológico para orientar e garantir que a produção de matéria prima seja realizada apenas em áreas sustentáveis. O Governo Brasileiro concluiu em 2009 o zoneamento da cana e em 2010 o zoneamento da palma de óleo



Muito Obrigado!

Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

spg@mme.gov.br